

# PODER INSTITUÍDO E POTÊNCIA SUBVERSIVA

## Max Weber e a dupla face da dominação carismática

**Carlos Eduardo Sell**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: carlos.sell@ufsc.br.

DOI: 10.1590/339814/2018

O carisma é o mais fascinante dos tipos de dominação de Max Weber e encontrou enorme acolhida nas ciências sociais, em especial na sociologia da religião e na sociologia política. Não raro, a personalização do conceito e sua aplicação às mais variadas figuras de relevo público reduziu seu escopo ao exame da influência que determinados indivíduos, dadas suas qualidades pessoais, exercem sobre os outros. Esse viés psicológico, contudo, já foi solidamente criticado pela literatura especializada que demonstrou que o carisma é um princípio de legitimidade que fundamenta relações políticas e engendra determinadas estruturas de dominação (Bendix, 1986; Shills, 1975; Eisenstadt, 1968; Cavalli, 1981). Não se trata, é claro, de menosprezar a dimensão subjetiva,<sup>1</sup> mas de enfatizar que, do

ponto de vista sociológico, o problema fundamental posto por Weber *não* consiste em elucidar a “liderança carismática”, mas a *relação carismática*, a qual é apenas uma pré-condição para nos alçar a uma questão que a ultrapassa: a *dominação carismática*. Dito de outra forma, contra uma redução subjetivista, essa guinada interpretativa de corte estruturalista (Lepsius, 1993) demonstrou que a categoria carisma é mobilizada pela seguinte indagação: relações de poder com bases pessoais e emocionais instáveis são capazes de engendrar estruturas duradouras de dominação? Ou, para usar uma fórmula de sabor kantiano (ou simmeliano): como uma ordem carismática é possível?

Mas não será propósito deste artigo simplesmente retomar essa crítica. Se ela aqui é lembrada, é apenas porque nos oferece o ponto de partida para avançar por uma dimensão ainda pouco explorada da teoria weberiana do carisma. Se partimos de uma leitura estrutural-objetiva desse fenômeno so-

cial, abrimos a porta para perceber que estruturas carismáticas de poder são bidimensionais e constituem, simultaneamente, tanto poderosas (1) fontes de legitimidade de instituições políticas quanto (2) princípios que colocam em cheque a ordem política estabelecida. O carisma possui uma dupla face e manifesta-se tanto como “poder instituído” quanto como “poder subversivo”.

Procuro desenvolver esse argumento em três etapas. Na parte preliminar, examino as fontes intelectuais desse tema na obra de Max Weber e demonstro que o caráter ambivalente de seu conceito de carisma possui sua raiz na teologia. Nesse tópico também esclareço de que modo sua reflexão sobre essa questão vai amadurecendo ao longo da redação de *Economia e sociedade*. Esse mergulho na história da obra nos encaminha para as etapas seguintes, nas quais os resultados da investigação precedente serão retomados e relidos em perspectiva sistemática. Assim, do ponto de vista sociológico, demonstro que a *transformação e institucionalização* do carisma é o eixo que estrutura analiticamente a forma carismática da dominação. Portanto, na dimensão sociológica já é possível perceber a dualidade intrínseca deste fenômeno social, tendo em vista que Weber diferencia entre o carisma puro e o carisma institucionalizado. Por fim, chego ao núcleo do artigo que, do ponto de vista político, procura elucidar a natureza bidimensional do fenômeno carismático através da análise da democracia plebiscitária (uma forma de poder carismático instituído) e da revolução (uma forma de poder carismático subversivo). O primeiro aspecto põe relevo na dimensão da legitimidade, enquanto o segundo contempla o aspecto da transformação da ordem política.

### **As fontes de Weber: o carisma na perspectiva teológica**

Do ponto de vista biográfico, o primeiro uso que Weber faz do termo carisma está documentado em um carta dirigida a Dora Jellinek, datada de 9 de junho de 1910. Nela, Weber comenta a obra e a personalidade do poeta Stefan George, com o qual tinha se encontrado, afirmando que “o círculo de Stefan George possui em si todas as características

de uma seita – o que inclui também o seu caráter carismático específico” (Weber, 1994, p. 560).<sup>2</sup> Mas por que ele recorre a esse termo?

Para Friedrich Tennbruck (1987, pp. 234-267), Weber foi buscar suas fontes na *história*, inspirado nas pesquisas que Eduardo Meyer (em *Ursprung und Geschichte der Mormonen*, de 1915) realizou sobre os mórmons e seu fundador, Joseph Smith. A essa lista podem ser agregados os nomes do historiador Theodor Mommsen e as suas pesquisas sobre César. O papel dos grandes líderes na história também é uma temática que perpassa por outros pensadores do período, como o filósofo Friedrich Nietzsche e os historiadores Thomas Carlyle e Jakob Burckhardt. De fato, não se pode negar que tais autores foram realmente citados e aproveitados por Weber. No entanto, se derivamos sua compreensão do carisma de modo exclusivo dessas fontes desembocamos em uma teoria da personalidade heróica, o que acaba reforçando uma leitura subjetivo-personalista do modelo weberiano.

Por essa razão, acompanho a posição daqueles que sustentam que a principal fonte de Weber para a elaboração do tipo ideal dominação carismática foi a *teologia*, campo no qual desenvolveu-se uma polarizada controvérsia intelectual sobre as origens do cristianismo (Kroll, 2001). Nessa controvérsia, o conceito bíblico-paulino de carisma ocupou um lugar central (Becker, 1988). Este é o caso da obra de Karl Holl (*Enthusiasmus und Bussgewalt beim griechischen Mönchtum*, de 1898), que mostrou como na antiguidade os monges das igrejas orientais detinham o monopólio do perdão dos pecados, já que, ao contrário do clero convencional, eram considerados indivíduos com qualidades carismáticas.<sup>3</sup> No entanto, a obra decisiva nessa polêmica foi escrita pelo jurista e especialista em história eclesiástica Rudolf Sohm (*Kirchenrecht*, de 1898), que defendeu uma nova visão sobre o processo de formação das estruturas sociais do cristianismo. Partindo da antinomia entre carisma e direito, ele alegou que o processo de constituição de uma igreja organizada juridicamente na forma de uma hierarquia não passa de uma construção tardia: em suas origens, os grupos cristãos seriam comunidades puramente carismáticas, o que provocou fortes reações da comunidade de teólogos (em especial Adolf von Harnack, seu principal adversário).<sup>4</sup>

Mais do que a fonte do termo, a discussão histórico-teológica sobre as origens do cristianismo trata de um problema que foi retomado e retrabalhado pela sociologia weberiana. Não é apenas uma questão de empréstimo vocabular, mas de moldura teórica, pois nessa controvérsia a questão central não é a liderança, e sim o entendimento dos processos de institucionalização política de uma determinada organização social de caráter carismático (a igreja cristã). Como e em que medida isso é sociologicamente possível? Na esteira da discussão teológica, Weber não desenvolve uma teoria do “líder carismático”, mas da “dominação carismática”, e é nessa dimensão institucional que está contido o núcleo *explicativo* do modelo sociológico weberiano do carisma. Ao mesmo tempo, ele preservou a dualidade inscrita na reflexão teológica na qual o carisma é entendido como revelação (dimensão extraordinária) e como fundamento da organização religiosa (dimensão ordinária).

É o que podemos constatar de um exame atento do tema no interior de *Economia e sociedade*, mas, antes de passar a esse ponto, um esclarecimento se faz necessário. *Economia e sociedade* não existe mais. Pelo menos tal como ele foi concebido por Marianne Weber, que reuniu todos os trabalhos deixados inacabados por seu esposo e os organizou em duas partes: teórica e aplicada. Essa concepção foi abandonada pelos atuais editores da obra, que optaram pela reconstituição dos escritos com base em sua cronologia de redação. Essa reconstituição mostrou que os textos deixados por Weber foram produzidos em duas grandes fases, separadas pela Primeira Guerra Mundial. A conclusão é que *Economia e sociedade*, mais do que um “livro”, deve ser considerado um “projeto” dinâmico de investigação.

Esse fato traz implicações diretas e decisivas para o modo como lemos e, principalmente, compreendemos o pensamento weberiano, pois agora podemos acompanhar não só o processo de redação, mas também de amadurecimento da sua teoria, como é o caso de sua sociologia da dominação carismática. A comparação entre as duas versões da dominação de *Economia e sociedade* (que aqui serão chamados de versão antiga, com a referência “Weber, 2005”, e versão nova ou recente, com a referência “Weber, 2013”) são vias privilegiadas para

entender as mudanças e correções que, entre uma fase e outra, Weber introduziu em sua sociologia da autoridade carismática.

Sabemos hoje que, na versão pré-guerra de *Economia e sociedade*, Weber redigiu oito manuscritos independentes, denominados “Dominação”, “Burocratismo”, “Patrimonialismo”, “Feudalismo”, “Carismatismo”, “Transformação do carisma”, “Manutenção do carisma” e “Estado e hierocracia”. As datas de redação de cada um deles, bem como o modo como Weber pretendia eventualmente integrá-los são incertos. Consequentemente, aquele tópico intitulado por Marianne Weber e Johannes Winckelmann (na quinta edição, segundo volume, capítulo IX) como “A dominação carismática e a sua transformação” simplesmente agrupa três manuscritos (“Carismatismo”, “Transformação do carisma” e “Manutenção do carisma”) que não obedecem a nenhuma sequência linear e que não foram imaginados para serem publicados de forma conjunta.<sup>5</sup> Ela é uma construção artificial que nos passa a ilusão de uma coerência sistemática que, de fato, não existe.

O primeiro desses manuscritos, “Carismatismo”, é o mais curto e restou inacabado, tratando, principalmente, da especificidade da “autoridade carismática”. Por essa razão, o segundo manuscrito, “Transformação do carisma”, que, aliás, é bem mais longo, não deve ser interpretado como um prosseguimento do anterior, mas como um texto singular, no qual Weber discute tanto o caráter revolucionário quanto os processos de transformação do carisma. Nesse manuscrito, extensas reflexões são dedicadas ainda à relação entre democracia e carisma, terminando com o tema da educação carismática. Por fim, o terceiro manuscrito, “Manutenção do carisma”, nos proporciona uma interessante reflexão sobre o conflito entre o carisma e a disciplina racional. O quarto manuscrito, “Estado e hierocracia” (que na quinta edição se tornou um tópico independente), costuma ficar esquecido, mas também é importante e nos revela, mais uma vez, as fontes teológicas do Weber. Ele pode ser lido como uma autêntica sociologia política das relações entre Igreja e Estado.

Na versão pós-guerra do capítulo sobre dominação de *Economia e sociedade*, longe de manuscritos desarticulados, com forte ênfase na descrição histórica, como era o caso da versão antiga, esta-

mos diante de um texto acabado e sistemático, com ênfase na construção de tipos puros, dividido por Weber em dois blocos de temas. O primeiro, organizado em três parágrafos, trata do carisma em estado puro (§10) e da transformação do carisma (§11, §12a, §12b), enquanto o segundo bloco, situado depois da análise do feudalismo, trata da *ressignificação antiautoritária do carisma* (§15).<sup>6</sup>

Apesar de alguns desacordos importantes entre os especialistas (Schluchter, 1998; Breuer, 2011 e Hanke, 2001), esses dois conjuntos de escritos não indicam nenhum corte epistemológico que sustente que Weber modificou radicalmente sua concepção da autoridade carismática. Em essência ela permanece a mesma ao longo de todo o processo de redação e reflexão. Mas isso não significa que não existem correções e inovações que merecem ser assinaladas. Duas em particular. Na primeira versão, os manuscritos sobre o carisma estão mais preocupados com a estrutura organizacional da autoridade carismática e o tema da legitimação recebe pouco espaço. Isso só será coerentemente desenvolvido na segunda versão de *Economia e sociedade*. A mudança mais importante, contudo, é de ordem política. Embora o tema da democracia tenha sido contemplado na versão antiga, na versão nova ele será destacado como um tópico independente no bojo da qual emerge uma teoria da democracia plebiscitária (Sell, 2011) e os esboços de uma teoria da revolução. Essa mudança está estreitamente ligada aos fatos políticos da época, em especial a ascensão da República de Weimar e as insurreições socialistas de 1918-1919 na Alemanha. Mas, antes de chegar a essa diferenciação no âmbito político, desejo demonstrar que a caracterização entre carisma puro ou genuíno, de um lado, e seus processos de transformação social, de outro, constituem, tanto na primeira quanto na segunda versão, o fundamento sociológico desse conceito. É o que demonstro no tópico seguinte.

### **O carisma na perspectiva sociológica: a questão da transformação**

Afirmar que a discussão teológica fornece a plataforma teórica da qual parte a sociologia do carisma de Weber não quer dizer que ele simples-

mente a repete. Embora ele retome a indagação que está na origem dessa controvérsia, elabora, a partir dela, sua própria solução para o problema teórico da transformação do carisma.

#### *O carisma puro*

Apesar de certa dispersão de material, já podemos encontrar todos os fundamentos da definição sistemática do fenômeno da dominação carismática na parte antiga de *Economia e sociedade*. No fragmento “Carismatismo”, por exemplo, depois de reafirmar que o termo é desprovido de julgamentos de valor, ele opõe o caráter ordinário do patriarcalismo e da burocracia à natureza extraordinária do carisma. No fragmento seguinte (“Transformação do carisma”) e também no manuscrito que trata do conflito carisma e disciplina (“Manutenção do carisma”) ele desenvolve a oposição entre o caráter estável ou instável da organização carismática. Esses dois fundamentos analíticos – quer dizer, a oposição entre o “cotidiano” (*alltäglich*) e o “extracotidiano” (*ausseralltäglich*), bem como a dualidade entre as formas “estáveis” (*Dauer*) e “instáveis” (*Labil*), que estão na base de sua definição – encontram a sua forma madura e um sofisticado refinamento e precisão nos escritos tardios de *Economia e sociedade*.

Como os demais tipos ideais, a dominação carismática contém dois aspectos que definem seu conteúdo: o princípio de legitimidade e o princípio organizacional. O princípio de legitimidade “de caráter *carismático* repousa na devoção extracotidiana na santidade, no poder heróico ou no caráter exemplar de uma pessoa e dos ordenamentos por esta revelados ou criados” (Weber, 2013, §2, p. 453). Weber acrescenta ainda que “no caso da dominação carismática obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal em razão de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade, dentro do âmbito da crença na validade desse carisma” (*Idem, ibidem*).

No entanto, a crença em certo tipo de legitimidade, em si mesma, ainda não funda uma estrutura política, pois ela também precisa ser socialmente estruturada e a ela devem corresponder formas padronizadas e organizadas de relações entre os indivíduos. Esse aspecto será aprofundado por Weber no

parágrafo §10 do capítulo sobre a dominação, no qual ele enumera seis características que compõem a dominação carismática: 1) um indivíduo com qualidades específicas reconhecidas por seus adeptos por meio de provas; 2) o dever de reconhecer suas pretensões de legitimidade (autoridade carismática); 3) necessidade de comprovação; 4) organização social de caráter comunitário-emocional; 5) alheamento de preocupações econômicas; 6) caráter revolucionário. Esses seis caracteres não podem ser dissociados, pois é o seu conjunto que configura o carisma como forma de dominação. Nas linhas que seguem vou examinar cada um desses aspectos minuciosamente, porém, mais do que uma paráfrase do texto, procuro sistematizá-los apoiando-me nas leituras feitas por Rainer Lepsius (2003) e, de forma complementar, por Christoph Hatscher (2000). A partir dessas fontes aponto para a dualidade do fenômeno carismático que poder se lido tanto em chave “social” quanto “política”. Da mesma forma, a análise weberiana do carisma é multidimensional e contempla o plano micro (das relações sociais), o plano meso (da organização social) e o plano macro (das estruturas sociais).

Começemos pela dimensão micro e pelo seu elemento *psicossocial*. Nas palavras de Weber, o carisma representa:

[...] uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou características sobrenaturais, sobre-humanas, ou pelo menos extracotidianas ou não acessíveis a qualquer outro e pela qual ela é vista como enviada por Deus ou então como exemplar e, dessa forma, considerada como “líder”. O modo objetivamente “correto” como essa qualidade *deveria* ser avaliada de uma perspectiva ética, estética ou outra qualquer é indiferente para nosso conceito: o que importa é como efetivamente ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os “adeptos” (Weber, 2013, III, §10, pp. 490-491).

O principal aspecto a destacar nessa definição é seu *caráter bilateral*, sem o qual ela não poderia ser vista como uma relação social. A personalidade do líder, por si mesma, não basta para entender o

caráter dessa relação, pois ela é apenas um elemento do conjunto. Suas qualidades pessoais não existem fora dessa relação, pois é o modo como elas são avaliadas subjetivamente pelos adeptos que as constituem: trata-se de propriedades atribuídas. Por essa razão podemos afirmar que a condição de líder é uma propriedade emergente que resulta da combinação entre certas qualidades de um indivíduo e seu reconhecimento por parte dos demais atores sociais. Há que se enfatizar sempre que a análise de Weber não está voltada para a análise da personalidade e dos atributos do líder, mas para o entendimento das características que, em função da relação social entre líder e adeptos, vai sendo configurada. É a forma social dessa relação e seus padrões sociológicos que ele procura compreender.

Ainda no plano micro precisamos compreender o carisma como um fenômeno *psicopolítico*. Embora a validade do carisma esteja baseada no reconhecimento dos governados, esse reconhecimento não é a razão da legitimidade. Pelo contrário, ele “constitui, antes, um *dever* das pessoas chamadas a reconhecer essa qualidade” (*Idem*, p. 492). Esse aspecto nos remete novamente ao tema da legitimidade e o que Weber procura mostrar aqui é como ela fundamenta as pretensões de poder do líder em relação aos adeptos. Um líder carismático invoca sempre princípios que transcendem as rotinas cotidianas e ele instaura sua pretensão de legitimidade como encarnação pessoal desses princípios superiores. Líderes carismáticos falam sempre em nome de uma missão.

A terceira característica da relação carismática é a necessidade da *comprovação*. Apesar das pretensões de autoridade do líder, que estão fundadas em condições privilegiadas de legitimidade, seu poder não é ilimitado, pois ele está em estreita e contínua dependência do reconhecimento dos governados. A autoridade carismática não é eterna e pode desvanecer-se a qualquer momento. Existe um critério bastante objetivo pelo qual essa legitimidade é avaliada e ele nos remete para a dimensão dos interesses: “o bem-estar dos dominados” (*Idem, ibidem*). A relação carismática não está dada permanentemente e exige da parte do líder um esforço renovado de convencimento, o que implica que ele deve captar, manipular e satisfazer continuamente as necessidades dos seus adeptos. Também no plano psicopolí-

tico a relação carismática é bidimensional e envolve a dimensão normativa da legitimidade e a dimensão prática dos interesses.

O plano *meso* é aquele que diz respeito às formas de *organização social* do grupo carismático. Por essa ótica deixamos de olhar para o carisma apenas como uma relação social entre indivíduos para indagar que tipo de organizações ela pode engendrar. Weber qualifica as estruturas sociológicas de tipo carismático com a fórmula de *comunidade emocional* (*Idem*, p. 493). Formações sociais organizadas carismaticamente são, do ponto de vista sociológico, “comunidades” (*Gemeinschaft*) e não organizações sociais fundadas em interesses comuns (*Gesellschaft*). Em grupos sociais de tipo carismático, dados os vínculos emocionais que se estabelecem entre o líder, o quadro administrativo e seus adeptos, as relações são completamente personalizadas. A dinâmica da relação entre líder e quadro administrativo não é a da divisão técnica de competências, mas a da fidelidade e lealdade pessoal a ele. Essa formação social mínima também é caracterizada por uma divisão entre o “círculo interno” dos escolhidos e o “círculo externo” das massas no qual o vínculo com o líder é mais distante e é orientado principalmente pelos interesses.

A dualidade entre o social e o político, que já tínhamos localizado no plano micro, repete-se no plano macro. Porém, na dimensão especificamente social, Lepsius não interpreta *o caráter alheio da dominação carismática em relação à economia* apenas como uma oposição de princípio entre a lógica racional-utilitária dos interesses econômicos e a lógica irracional do carisma, mas como um elemento que revela o padrão normativo do fenômeno carismático no plano social. A esfera econômica simboliza a ordem rotinizada do cotidiano e o carisma está em oposição a ela, pois ele reivindica uma autoridade superior as ordens sociais deste mundo. A antinomia entre economia e carisma significa, portanto, a oposição entre o real e o ideal, entre os poderes constituídos e superação utópica da ordem carismática.

O quinto elemento nomeado por Weber, a saber, *o caráter revolucionário do carisma* (*Idem*, p. 494) diz respeito aos seus efeitos sociopolíticos, também podemos dizer, à sua dimensão *macropolítica*. Lepsius dedicou atenta consideração às condições socioculturais que estão na origem das estrutu-

ras de poder de tipo carismático. Entre as condições latentes que as propiciam estão a propensão de uma cultura para o culto ao herói e, do ponto de vista social, a percepção da existência de uma intensa crise social que demanda por solução rápida e urgente. Essa situação manifesta-se quando determinada liderança política apresenta-se como solução e recebe amplo reconhecimento social.

Ao esquema de Lepsius, do qual me servi como guia analítico, gostaria de acrescentar, em caráter suplementar, a interessante leitura proposta por Christoph Hatscher (2001, p. 60) que, após cuidadoso e detalhado exame do texto de Weber, desdobra sua definição da dominação carismática em oito características, englobando: 1) uma situação carismática; 2) um indivíduo carismaticamente qualificado; 3) os adeptos carismaticamente qualificados; 4) a missão carismática; 5) o reconhecimento do carisma; 6) a comprovação do carisma; 7) o alheamento econômico; 8) um aparato administrativo de caráter pessoal. As duas propostas possuem diferenças, mas creio que elas podem ser complementadas, tendo em vista que Hatscher detalha melhor os elementos relacionais-subjetivos (micro) do fenômeno carismático, enquanto Lepsius é mais rico no levantamento dos seus elementos estrutural-objetivos (macro).

Max Weber faz questão de enfatizar que esse modelo é apenas um tipo puro e não um retrato de realidades existentes. Ao longo do texto ele emprega diversas vezes a expressão “carisma puro”, “carisma genuíno” ou “carisma pessoal”, indicando ainda que tais situações podem ser observadas apenas em *statu nascendi*, sendo raramente encontradas em sua forma plena no plano empírico. Em contraste com o carisma puro ou individual encontramos o “carisma gentilício” (*Gentilcharisma*), o “carisma hereditário” (*Erbscharisma*) e o “carisma de cargo” (*Amtscharisma*). Essa oposição já indica que a teoria weberiana de dominação carismática não se restringe a tal modelo, pois como argumentamos até agora, no coração de sua teoria reside o problema da *transformação*, do qual trataremos a seguir.

### *O carisma institucionalizado*

A dominação carismática é um fenômeno transitório ou pode assumir traços permanentes? O

carisma é apenas uma força subversiva ou também pode legitimar estruturas políticas? Ao defrontar-se com essas questões, a reflexão de Weber adquire uma feição histórico-processual e pode ser inscrita no registro da teoria da mudança social. Este é o ponto nodal, mas também o mais complexo e controvertido de sua reflexão. Seu ponto de partida é a constatação de que, ao deixar de ser efêmera e assumir um caráter permanente, “a dominação carismática, que, por assim dizer, somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de mudar substancialmente seu caráter” (Weber, 2013, III, §11, p. 498). Qual seria esse novo caráter? Para responder a essa pergunta podemos dividir a teoria de Weber em dois aspectos que versam, respectivamente, sobre os fatores e sobre os processos que alteram a natureza originária do carisma.

Em relação aos *motivos* que impulsionam essas mudanças, o fundamento da teoria de Weber pouco mudou da primeira para a segunda versão de *Economia e sociedade*, razão pela qual o capítulo mais recente nos serve como guia. No §11, Weber elenca como principais fatores motivadores os interesses ideais e materiais tanto dos adeptos quanto do quadro administrativo. O problema da continuidade do carisma manifesta-se sobretudo no momento da sucessão. Segue, então, uma classificação dos mecanismos sociais pelos quais busca-se solucionar esse problema: 1) escolha pela liderança; 2) revelação; 3) designação do sucessor pelo líder carismático; 4) designação pelo quadro administrativo; 5) sucessão sanguínea; 6) transmissão do carisma por meios rituais. O que Weber constata é que o fator que promove a institucionalização é justamente o seu componente potencialmente burocrático, ou seja, o quadro administrativo. É do seu impulso racionalizador que parte o processo de transformação social.

No entanto, a questão é bem mais difícil – ainda que mais interessante – quando se trata de elucidar a teoria que Weber desenvolveu para explicar de que modo, processualmente, o momento do carisma originário é superado. O ponto central não é *por que* o carisma se transforma, mas *como*, quer dizer, de que modo ocorre esse processo quanto a seu fluxo e seu curso. Em relação a essa questão a teoria de Weber restou ambivalente e ele apresen-

tou, ao longo de seus escritos, duas *modalidades* de explicação dos processos de mudança do carisma que parecem rivalizar entre si.

A primeira dessas *modalidades* pode ser denominada *evolutiva*, tendo em vista em que a supressão ou superação do carisma é o ponto de partida para a gênese das outras duas formas de dominação: a tradicional ou a legal: “a dominação carismática [...] tem de modificar essencialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se (legaliza-se), ou ambas as coisas” (*Idem*, pp. 498 e 503). Essa tese, apresentada aqui de forma sumária, já se encontra presente nos seus manuscritos mais antigos, em especial naquele que, não por acaso, tem o título de *Transformação do carisma*, no qual se lê que: “quando refluí o movimento que arrancou o grupo carismaticamente qualificado do círculo da vida cotidiana, no mínimo a dominação pura do carisma vê se rompida, é transportada ao domínio do ‘institucional’ e aí refratada. Ela torna-se então mecanizada, pode ser confundida e misturada com as formas mais diversas ou mesmo acaba sendo imperceptivelmente substituída por princípios estruturais completamente distintos” (*Idem*, 2005, p. 489). Mas, em outros trechos dos manuscritos pré-guerra, ele menciona ainda uma *segunda modalidade* de transformação, como ilustra esta passagem: “Enquanto tudo que, até agora, consideramos como consequências possíveis da rotinização do carisma, não chega, apesar disso, a afetar seu caráter firmemente vinculado a uma pessoa concreta, cabe-nos agora tratar daqueles fenômenos cuja característica geral é a objetivação específica do carisma” (*Idem*, p. 517).

Os dois conceitos apontam para processos diferentes: a “rotinização” (*Veralttäglicung*) significa a passagem do extraordinário-excepcional (provisório) para uma condição normal-ordinária (permanente), enquanto a “objetivação” (*Versachlichung*) significa um processo de despersonalização do carisma (do subjetivo para o objetivo). Essa segunda modalidade, ao contrário da supressão do carisma, sugere sua *mutação*. Mas, mesmo nesse caso, o caráter transformacional do carisma ainda continua ambíguo, pois parece haver uma indeterminação entre os termos “rotinização” ou “objetivação”. Não se sabe exatamente se eles são processos indepen-

dentos ou relacionados e, principalmente, qual deles tem a prioridade analítica enquanto mecanismo ou modalidade do processo de transformação. Em termos simples, trata-se de rotinização e objetivação como processos paralelos ou da rotinização *pela* objetivação como processos interligados?

Essa questão é deveras complexa e Weber parece oscilar entre duas modalidades processuais para elucidar o problema da transformação do carisma: de um lado a dicotomia *tradicionalização-legalização* e de outro a dicotomia *rotinização-objetivação*. Como essas duas modalidades se combinam ou estão relacionadas é uma questão que divide os especialistas. Existem, fundamentalmente, duas posições: a exegético-histórica e a sistemático-revisionista. A primeira é defendida por Stefan Breuer (2011, pp. 50-65), que argumenta que Weber teve enorme dificuldade em lidar com este problema e apresentou, de forma progressiva, duas concepções opostas. Na primeira fase ele ainda apostava na continuidade do fenômeno carismático, mas na sua segunda fase esse otimismo é modificado e o carisma resta apenas parcialmente embutido em certas instituições sociais. Isso leva Breuer a concluir que o conceito de “objetivação” vai perdendo centralidade em seu modelo explicativo e é a rotinização do carisma que explica sua tradicionalização ou legalização.

Em outra direção, Wilfried Gebhardt e Wolfgang Schluchter (1988) adotam uma solução sistemática. Para ambos, o problema se resolve se aceitamos a premissa de que o eixo central do modelo transformacional de Weber é o conceito de rotinização do carisma. Esse processo pode ocorrer, concretamente, segundo duas modalidades: ou pela via da tradição-legalização ou pela via da objetivação. Dito de outra forma, a rotinização implica dois processos possíveis de “estabilização do carisma”: um leva à transcendência do carisma e o outro leva a uma mudança imanente do carisma. Para Schluchter, existe ainda uma terceira modalidade, pois, em vez de uma transformação global, não podemos excluir a possibilidade de que transformações no carisma puro afetem, de modo particular, cada um dos seus elementos constitutivos, o que nos permite analisar, em separado, as mudanças que podem ocorrer na natureza e papel do portador do carisma, na legitimação carismática, no

caráter do quadro administrativo e na relação com a ordem econômica. Portanto, ao lado da versão “oficial”, teríamos ainda uma versão “não oficial” de mudança do carisma.

Apesar dessas indeterminações, o importante é não perder de vista as conclusões sociológicas que daí derivam e que apontam para três modalidades de relação entre carisma e estrutura social. O carisma pode: 1) assumir formas episódicas e anti-institucionais; 2) permear, de forma diluída e agregada, instituições e comportamentos da vida cotidiana; 3) engendrar instituições e organizações de tipo carismático. Dito de outra forma, do lado episódico temos o (1) carisma puro, enquanto do lado institucionalizado ou transformado podemos localizar o (2) carisma híbrido e o (3) carisma despersonalizado. Vejamos como esse dado se reflete diretamente na transposição desse reflexo para o âmbito político.

### **O carisma na perspectiva política: democracia e revolução**

O caráter bidimensional do carisma (puro × institucionalizado) constitui a plataforma sociológica que permite a Weber pensar, agora sob a perspectiva política, a ambivalência do carisma enquanto forma de dominação. Por esse ângulo, o caráter puro ou institucionalizado do carisma aparece na esfera política ou como (1) movimentos disruptivos, ou ainda como (2) princípio de legitimação capaz de instaurar uma nova ordem política. Mas, em vez de demonstrar esse ponto de forma abstrata, concentro-me no modo como Weber articula, concretamente, suas análises sobre dois fenômenos centrais da vida política moderna: a democracia e a revolução. Em cada um deles reside um núcleo carismático que assume conotações diversas e cujos efeitos são distintos.

#### *O núcleo carismático da democracia*

O eixo da sociologia política de Weber, posto que esta é realista e não normativa, não é a democracia, mas o fenômeno basilar do poder e da dominação. Disso não segue que simplesmente inexistente uma

teoria weberiana da democracia, porém, ela não se define pela ideia de “elitismo”, tal como ficou consagrado na tradição anglo-saxônica (Held, 1986), hegemônica na ciência política. Embora Weber tenha testado a ideia de definir a democracia como uma quarta forma de dominação, a tese foi abandonada e o tema só voltou a ser desenvolvido no contexto da forma carismática de dominação, em tópico que Weber denominou a “ressignificação não dominativa do carisma”. É nele que podemos encontrar as linhas de sua concepção da forma democrática de poder. Em sua teoria, Weber postula umnexo intrínseco entre democracia e carisma que é aprofundado segundo dois registros analíticos: histórico e institucional. O primeiro diz respeito à origem e à natureza da democracia e o segundo ao formato institucional dos regimes democráticos no âmbito moderno.

#### *No início era a aclamação*

Do ponto de vista *genético*, os motivos que levaram Weber a enxergar a origem da democracia em elementos carismáticos estão expostos detalhadamente nos manuscritos antigos de *Economia e sociedade*, em particular no manuscrito *Transformação do carisma* (Weber, 2005, pp. 492-502). Nele encontramos a tese de que o ponto de partida histórico dos mecanismos eleitorais é a aclamação plebiscitária. Mas, como passamos do fator causal A (aclamação plebiscitária) para o fator resultante B (eleições)? Tudo começa com os problemas derivados da sucessão do líder. Na esfera religiosa esse problema pode ser resolvido pelo mecanismo da reencarnação, mas na esfera política o caminho é outro. Nesse caso, a nomeação do sucessor pode ser determinada pelo líder ainda em exercício ou postumamente pelos seus sequazes, mas em ambos os casos a escolha do novo líder precisa ser reconhecida pelos dominados através do mecanismo da aclamação: impõe-se, então, o princípio majoritário. *A aclamação pelo povo* é, assim, a primeira forma histórica da democracia e o ponto de partida dos mecanismos de representação eleitoral: “tão logo imponha-se o princípio majoritário, a estrutura de dominação carismática já se encontra no caminho que leva a um sistema eleitoral próprio” (*Idem*, p. 499). Por essa mesma razão “nem toda forma moderna e nem toda forma democrática de criação de

um soberano é alheia ao carisma” (*Idem, ibidem*).

Dois são os caminhos evolutivos que o princípio da votação majoritária, oriundo da aclamação, pode seguir. Ele pode ficar circunscrito a um colegiado restrito de eleitores, restando a aclamação apenas como elemento simbólico, como no caso da eleição dos papas e dos reis. Em contrapartida, “a aclamação dos dominados pode também desenvolver-se, ao contrário, na direção de um ‘processo eleitoral’ e um ‘direito eleitoral’ legalmente regulamentado, com eleições diretas ou indiretas, distritais ou proporcionais, com classes e distritos eleitorais” (*Idem*, p. 501). É claro que “o caminho até lá é longo”, sem descontar o fato de que as vias que esse processo percorreu são complexas, pois “o desenvolvimento que levou da aclamação carismática até a eleição direta do soberano pelos dominados efetivou-se nos níveis mais diversos da civilização” (*Idem, ibidem*). Mas foi somente no Ocidente que “a eleição do soberano tornou-se paulatinamente um sistema de representação” (*Idem, ibidem*) sendo seu exemplar mais consequente os Estados Unidos da América, modelo por excelência de uma democracia carismática.

#### *A democracia carismático-plebiscitária*

Nos escritos pré-guerra, as alusões de Weber à democracia são fundamentalmente históricas e uma teoria ampla e sistemática do regime democrático terá que esperar pela precipitação dos acontecimentos políticos que derrubaram o Segundo Império Alemão. É nesse contexto que ele desenvolve sua *teoria da democracia plebiscitária*. Essa teoria possui um enfoque distinto dos esboços anteriores, pois, além de pragmaticamente orientada, ela também está centrada no exame das instituições, resultando daí que ela pode ser lida como uma autêntica e atual sociologia política dos regimes democráticos.

Tendo em vista o fracasso da República de Weimar, a defesa weberiana da democracia plebiscitária foi alvo de intensos debates nos anos pós-Segunda Guerra. Os principais críticos (Mommensen, 1959) alegaram que Weber avaliou mal o caráter profundamente ambivalente do carisma. Hoje, à luz da distância histórica, está cada vez mais claro que ele imaginava uma arquitetura constitucional mista, nos quais burocracia, a representação par-

lamentar e o carisma presidencial funcionariam como um sistema de pesos e contrapesos, cada um cumprindo um papel específico (Schluchter, 2014). A proposta, como sabemos, não funcionou, deixando-nos com a seguinte indagação: por que Weber apostou em uma “ressignificação não dominativa do carisma” e como, nesse contexto, insere-se sua teoria da democracia plebiscitária? A chave dessa resposta consiste em localizar qual é o fator responsável pela “mutação” do carisma, ou seja, identificar qual é o fator originário que faz com que, de autoritário, ele se torne, repentinamente, democrático. Weber achava que esse movimento de transubstanciação é causado por uma alteração em apenas um único dos seus elementos que compõem o conjunto do carisma em seu estado puro.

O segredo está na mudança no princípio da legitimidade. No carisma em seu estado puro o reconhecimento dos dominados é considerado um dever: a legitimidade é uma prerrogativa do governante, que demanda o reconhecimento necessário dos dominados. A democracia pode inverter essa relação, pois “ocorre com facilidade que esse reconhecimento seja considerado o *fundamento*, em vez de consequência, da legitimidade” (Weber, 2013, III, §14, p. 533). É dessa forma que surge a legitimidade democrática, caracterizada pelo fato de que a eleição é considerada um mecanismo de reconhecimento da comunidade. A eleição opera como um mecanismo transformacional capaz inverter a direção e o fluxo da legitimidade: ela não ocorre mais de modo descendente (dever de obediência emanado do líder), mas de modo ascendente (escolha do líder pelo povo). A legitimidade democrática não é transcendente, mas imanente, e converte o governante em senhor pela graça dos governados: o senhor é agora um líder *livremente eleito*. A mudança nos fundamentos legítimos do poder pode afetar também o direito que, em vez de revelado ou prerrogativa do governante, torna-se um atributo da comunidade, que pode estatuí-lo e revogá-lo. Dessa forma, “o tratamento do direito aproxima-se da concepção legal” (*Idem, ibidem*).

Nem todos os sistemas políticos plebiscitários são considerados por Weber regimes democráticos, já que ele menciona também, de forma ampla, a *dominação plebiscitária*. Tendo em vista os exem-

plos que ele elencou (Napoleão I e Napoleão III), tudo indica que ele estava pensando em líderes que buscam forjar sua legitimidade através de plebiscitos. A outra possibilidade são as lideranças dos partidos e, principalmente, o que ele chama de *democracia de líderes*.

Agora já temos todos os elementos para entender o que Weber entendia por democracia plebiscitária. Neste ponto, suas palavras ainda soam cristalinas:

A democracia plebiscitária – o tipo mais importante da democracia de líderes é, segundo seu sentido genuíno, uma espécie de dominação carismática oculta sob a *forma* de uma legitimidade derivada da vontade dos dominados e que só subsiste em virtude desta. O líder (demagogo) domina, de fato, em virtude da devoção e confiança de seu séquito político em sua *pessoa* como tal. Primeiramente ele exerce seu domínio sobre os seus próprios seguidores e, à medida que ele consolida este poder, ele também pode dominar toda a associação (*Idem*, p. 535).

Em síntese final, a democracia, no sentido do princípio majoritário e representativo, possui um elo histórico-genético com a aclamação do líder. Na modernidade, a democracia pode converter-se em um regime específico de dominação: a democracia plebiscitária do líder. Tanto na sua origem quanto em sua modalidade presidencialista, a democracia é um fenômeno cujo núcleo é essencialmente carismático.

#### *O núcleo subversivo do carisma*

Em dois momentos da versão madura de *Economia e sociedade* Weber anunciou que trataria do tema da revolução, destinando a ele um capítulo exclusivo (*Idem*, p. 532). Infelizmente esse capítulo nunca chegou a ser escrito e, ainda que os comentários de Weber nos permitam esboçar alguns traços de sua concepção a respeito, não tenho a ambição de reconstruí-la integralmente. Esse tópico apenas explora alguns vínculos entre carisma e revolução, o que de modo nenhum deve ser interpretado como se esses termos pudessem ser considerados sinônimos: não se trata de postular simplesmente que carisma é revolução. Em contrapartida, toda

revolução é sempre um fenômeno extraordinário, revelando, portanto, os fios ocultos que a ligam diretamente ao carisma. A exposição está dividida em duas partes, tratando, de um lado, do caráter revolucionário *do carisma* e, de outro, do caráter carismático *da revolução*.

#### *O carisma como revolução interior*

As alusões ao caráter transformador do carisma são frequentes na obra de Weber. Já nos manuscritos pré-guerra ele destaca, repetidas vezes, que o carisma “é o poder revolucionário e criador da história” (*Idem*, 2013, IV, pp. 468, 481-484, 491 e 737). Esse dado é uma decorrência direta e inerente do caráter não ordinário do carisma, o que significa que ele está sempre em uma relação de oposição e tensão com qualquer ordem estabelecida (a esfera do ordinário): o carisma não admite concorrência. Weber partilha da noção disruptiva subjacente à ideia moderna de revolução e, nesse sentido, podemos dizer que ele se aproxima concepção marxista: o carisma é essencialmente subversivo.

Do ponto de vista do fim, Marx e Weber podem até estar de acordo, mas esta semelhança é bastante genérica, pois a sociologia weberiana tem uma visão completamente diferente da “economia” (enquanto processo) das revoluções de tipo carismático (*Idem*, III, §12a, p. 513). Em sua visão, a mudança carismático-revolucionária não é um evento estrutural de classes, mas um fenômeno da consciência: “a revolução carismática é sempre uma metanoia, uma conversão” (*Idem*, 2005, p. 482). Para explicar isso ele lança mão da distinção *exterior* (de fora para dentro) e *interior* (de dentro para fora). Enquanto a racionalização burocrática tem caráter técnico, exigindo a adaptação exterior dos indivíduos às condições que ela estabelece, a revolução carismática é de outra ordem, pois requer a convicção. O carisma possui uma dinâmica transformadora completamente diferente, pois “revoluciona os homens de dentro para fora e procura transformar as coisas e os homens segundo seu querer revolucionário” (*Idem*, p. 481). Nesse processo, as ideias, sejam elas de teor político, social, religioso, estético ou outro, são fundamentais, mas isso independente da vontade dos seus criadores, pois o fator decisivo, ao final, é “a forma como elas foram vivenciadas ou

apropriadas pelo dominados ou liderados” (*Idem*, p. 482). Toda revolução carismática é, em primeiro lugar, uma revolução interior dos indivíduos e, a partir deles, uma revolução da ordem social. Afinal, o que seria uma revolução sem os revolucionários?

Esse raciocínio, presente nos textos antigos de *Economia e sociedade*, em nada mudou na fase madura de Weber. Estão lá (*Idem*, 2013, pp. 495, 497, 512 e ss.) as mesmas afirmações de que “a dominação carismática subverte o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária” (*Idem*, III, §10, p. 494), bem como a reafirmação de seu *modus operandi*: “o carisma pode ser uma mudança interior, a qual, nascida da necessidade ou do entusiasmo, significa uma transformação das convicções e das ações centrais levando a uma orientação totalmente nova das atitudes diante de todas as formas de vida e diante do ‘mundo’ como tal” (*Idem*, p. 497).

Em suas análises sobre a economia revolucionária das formas de dominação, Weber utiliza um procedimento comparativo que coloca em oposição, de um lado, o poder da tradição e, de outro, as transformações estrutural-exterior e psíquico-interiores, promovidas pela burocracia e pelo carisma respectivamente. Mas isso não exclui a possibilidade de que também a tradição carregue em si algum poder de transformação. Weber fala explicitamente das “revoluções tradicionalistas”, dizendo que trataria do tema em algum momento (*Idem*, III, §7, p. 471). No entanto, ele fez apenas uma única observação sobre a questão indicando que se trata da eventual resistência que os governados poderiam apor contra o governante, sem contudo questionar “o sistema em si” (*Idem*, III, §6, p. 469). Ao mesmo tempo, menciona o poder transformador que a *ratio* pode exercer via intelectualização (*Idem*, III, §11, p. 497), ou seja, também de modo interior. Como exemplos, ele aponta o caso do poder do direito natural e seus reflexos na revolução francesa e norte-americana (Bendix, 1979; Breuer, 1994). É surpreendente que, apesar de breves e dispersas ao longo dos seus textos, Weber nos forneça pistas do caráter transformador de cada um dos tipos de dominação: o burocrático (exterior-adaptação), o carismático (interior-conversão) e o tradicionalista (resistência). Seriam esses os parâmetros de sua teoria da(s) revolução(ões)?

*Carnaval revolucionário*

Os delineamentos apresentados acima são essencialmente históricos e, muitas vezes, dizem respeito a processos de longa duração. Quanto a fenômenos históricos concretos, Weber nos apresenta diversos eventos específicos, sejam antigos (Roma, Grécia), modernos (Renascimento, Revolução Puritana, Revolução Francesa, Revolução Americana) e contemporâneos (como a Revolução Russa<sup>7</sup>). Mas é evidente que as agitações políticas que assolaram a Alemanha no colapso do Segundo Império deram-lhe a possibilidade de observar e refletir sobre uma experiência revolucionária situada em seu solo natal. As marcas dessa experiência no texto saltam aos olhos e estão localizadas principalmente no §13, dedicado ao caráter misto dos tipos de dominação, o qual menciona uma futura teoria da revolução. Apesar de seu caráter por vezes conjuntural, as observações de Weber nesses escritos revelam novas nuances em sua análise, a começar pelo fato de que o foco de sua atenção se desloca do potencial revolucionário *do carisma* para os elementos carismáticos *da revolução*. A relação entre os fatores envolvidos também se modifica, pois em vez do conflito entre carisma e tradição, Weber privilegia a luta entre carisma e burocracia.

Isso não quer dizer que a correlação carisma e tradição não esteja presente, pois Weber sustenta que “a história do colapso da dominação legítima existente entre nós até agora” é resultado do “rompimento do vínculo tradicional” causado pela guerra e pela derrota da Alemanha. É o esmorecimento da tradição que prepara a “subversão do poder” (Weber, 2013, III, §13, p. 530). A insurreição socialista é interpretada como uma subversão carismática da ordem monárquico-tradicional. Mas, apesar desse resquício tradicional, a Alemanha daquele período já era uma nação industrializada e um Estado moderno. É com esse poder que a revolução deve, acima de tudo, confrontar-se: entra em tela a correlação entre carisma e burocracia. Weber trata dessa correlação separando analiticamente dois momentos distintos: a luta do carisma contra a burocracia na fase de *conquista* do poder e na fase do *exercício* do poder. Para o primeiro momento, por sinal, Weber reserva conceitos ainda mais determinados e precisos: *Umwälzung* (subversão) e *Umsturz* (derrubada),

detalhamentos que sugerem que sua concepção de revolução não se restringe aos meios insurrecionais de obtenção do poder político.

Observemos a questão do ponto de vista da *conquista do poder*. Ele observa que nas condições modernas a maioria das revoluções “fracassara pela necessidade de funcionários qualificados e pela falta de quadros administrativos próprios” (*Idem*, p. 532). Esse não foi o caso da revolução socialista alemã de 1918-1919 na fase de conquista do poder, pois ela tomou duas medidas que suplantaram esses problemas. Em primeiro lugar, a revolução manteve “a continuidade do funcionamento do antigo quadro administrativo, bem como a continuação da vigência de seus regulamentos sob os novos detentores do poder” (*Idem, ibidem*). Em segundo lugar, “o processo daquela subversão deu origem a um novo quadro administrativo através dos conselhos de trabalhadores e de soldados”, processo que Weber vincula diretamente ao carisma: “somente pela sublevação de líderes carismáticos contra os dirigentes legais e pela formação de séquitos carismáticos foi possível a expropriação de antigos superiores” (*Idem, ibidem*). Ele parece advogar uma teoria dual do Estado na medida em que sugere a coexistência de um aparato burocrático convencional ao lado de um aparato administrativo carismático. Teria a revolução dos conselhos encontrado, finalmente, a fórmula capaz de institucionalizar o carisma político-revolucionário?

Isso tudo muda quando passamos da perspectiva da conquista revolucionário-carismática do poder para a perspectiva do *exercício regular do poder*. Nesse caso, a aliança entre carisma e burocracia vai cobrar o seu preço, pois o arranjo do impulso carismático da revolução com as formas antigas e novas de burocracia “constitui um excelente exemplo de que frente as condições da racionalização burocrática a vinculação do membro individual do quadro administrativo à sua tarefa objetiva é algo inevitável” (*Idem*, p. 531). A dinâmica carismática da revolução não fracassa por qualquer movimento politicamente engajado dos burocratas contra ela, mas pelo fato de que a lógica inercial da burocracia, responsável pela ordem (cotidiano), está em contradição com o carisma, cujo móvel interno é a desordem (extraordinário ou extracotidiano). E

não é só isso: dado o caráter da utopia socialista, que, em nome da racionalidade material da justiça social, rompe com racionalidade formal do aparelho administrativo, a burocratização, em vez de ser quebrada, é reforçada ainda mais. Para entender isso temos de visitar outro trecho da sociologia da dominação. Trata-se do capítulo sobre a burocracia, no qual, em função do que observara da revolução em Munique, Weber afirma:

A necessidade de uma administração permanente, rigorosa, intensiva e calculável, criada historicamente não só pelo capitalismo, sem dúvida, principalmente por ele (este não pode existir sem aquela) e que todo socialismo *racional* simplesmente seria obrigado a adotar e até intensificar, determina o destino da burocracia como núcleo de *toda* administração de massas [...]. As condições objetivas subjacentes a burocracia em nada seria alteradas por uma ordem socialista (*Idem*, §5, p. 465).

O mesmo argumento pode ser encontrado em *Política como profissão*, documento no qual Weber aprofunda a contradição entre a ética da convicção (*Gesinnungsethik*), da qual compartilha todo revolucionário, e as condições realistas de exercício de gestão dos meios coercitivos do aparelho do Estado. Nesse escrito ele condena a “excitação estéril” desse “carnaval adornado com o nome de ‘revolução’” (*Idem*, 1992, p. 227), a qual está em contradição com a ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*) que se requer da liderança política. O juízo de Weber é severo: a revolução socialista, apesar de suas intenções, só faz avançar o processo de burocratização. O carisma puro prepara o caminho para a burocracia total: eis o caráter paradoxal do carisma.

### Considerações finais

O conceito weberiano de carisma nunca perdeu a dualidade intrínseca de sua matriz teológica, pois ele pode ser tanto uma revelação divina (mudança) quanto o fundamento das instituições religiosas (ordem). Retomando esta intuição teológica, Max Weber demonstrou como, no plano sociológico,

o carisma tem sempre um dupla face: ele pode ser encontrado em estado puro ou pode ser estruturado institucionalmente. Em suma, é preciso diferenciá-lo como fenômeno extracotidiano (*ausseralltäglich*) ou rotineiro (*alltäglich*). Esse dado tem implicações diretas para a estruturação analítica da dominação carismática. No âmbito político, o carisma puro tem um natural potencial crítico-corrosivo, enquanto o carisma institucionalizado é um poderoso mecanismo de legitimação das estruturas de poder. Podemos dizer, também, que o carisma pode ser tanto uma potência instituída quanto uma potência subversiva. Essa ambivalência se reflete sobre o caráter normativo do carisma que possui uma face originalmente autoritária, ainda que Weber acreditasse e apostasse na sua reconversão democrática. Estaria a vaga populista global a sugerir que ele estava errado? Independentemente da resposta, a força do modelo explicativo de Weber é que ele mantém esta ambivalência em constante tensão, tanto no plano sociológico quanto no plano político.

Resulta daí a sutileza de suas análises sobre o caráter revolucionário do carisma e o caráter carismático da forma plebiscitária de democracia, cada uma delas apreendendo as manifestações do carisma sob ângulos diferentes. Partindo do seu terceiro tipo de dominação, Weber demonstrou que no núcleo da democracia moderna reside o fenômeno do carisma, advindo deste o caráter plebiscitário que se oculta sob o manto da aclamação popular. Os potenciais desse modelo de compreensão da democracia ainda permanecem subutilizados e poderiam ser fundamentais para compreender, por exemplo, os dilemas de nosso “presidencialismo de coalizão”. O caráter revolucionário do carisma, por sua vez, resulta de suas motivações interiores, fenômeno que Weber observou e comentou a partir da Revolução Alemã, de novembro de 1918, ainda que ele permanecesse cético diante das barreiras representadas pela burocracia.

Há, portanto, uma notável coerência no modelo explicativo de Weber que, partindo de suas fontes teológicas, passando pela sua dimensão sociológica (carisma puro × carisma institucionalizado) de base e chegando até sua dimensão política (potência subversiva × poder instituído), explora ricamente o caráter bidimensional e, acima de tudo, ambivalente do carisma. De tudo resulta que o carisma é

mais do que uma teoria do extraordinário, como o designou Kalyvas (2009). Voltando ao seu ponto de partida teológico, podemos dizer que o carisma é essencialmente *epifânico*, um rosto de muitas faces.

## Notas

- 1 Não são poucos, por sinal, os exemplos de líderes carismáticos (indivíduos) que o próprio Weber nos fornece. Nos capítulos da dominação de *Economia e sociedade* podemos encontrar os seguintes nomes: Jesus, Maomé, Francisco de Assis, Jean de Labadie, Joseph Smith, Stefan George, Henry Willard, Kleon, Péricles, Napoleão I, Napoleão III, Gladstone, Lassalle, Roosevelt, Cromwell, Robespierre e, como exemplo negativo, Kurt Eisner.
- 2 As obras de Weber utilizadas neste escrito foram todas extraídas da coleção *Max Weber Gesamtausgabe* (conforme indicado), com tradução realizada pelo autor do artigo.
- 3 Kroll é citado uma vez, na parte antiga de *Economia e sociedade* (Weber, 2013, p. 454). Rudolf Sohm é nomeado três vezes na parte antiga (*Idem*, pp. 462, 735 e 755) e uma vez na versão nova (Weber, 2005, p. 454) do capítulo sobre a dominação carismática.
- 4 Não é importante para nossos propósitos reproduzir toda essa controvérsia em seus detalhes, mas cabe lembrar que esse tema também é essencial na sociologia da religião de Max Weber (Riesebrodt, 2001, pp. 151-166), pois se trata do elemento central da definição que ele fornece desse fenômeno social (Weber, 2001, p. 122). De fato, em várias ocasiões ele chama a atenção para a diferença entre “carisma mágico”, “carisma religioso” e “carisma político”.
- 5 Entre tais “falhas” está o fato de que pequenos trechos foram suprimidos e outros realocados em partes diferentes das originais. Portanto, não há uma correspondência exata entre os três subtítulos de Marianne Weber com os três manuscritos que tratam do carisma.
- 6 *Herrschaftsfremde Umdeutung des Charismas* poderia ser traduzido, literalmente, como “ressignificação alheia à dominação” ou “ressignificação do carisma como não dominação”, expressões que, obviamente, soam estranhas em português. A tradução “antiautoritária”, de fato, deixa escapar o caráter de não dominação (*Herrschaftsfremde*) contido no termo original.
- 7 Weber acompanhou detalhadamente os acontecimentos políticos da Rússia, desde a revolução de 1915 até

os acontecimentos de 1917. Esse “último campo de batalha para a democracia liberal” foi analisado em *A situação da democracia burguesa na Rússia e A transição da Rússia ao pseudoconstitucionalismo* (Weber, 1989).

## BIBLIOGRAFIA

- ADAIR-TOTTEFF, Christopher. (2016), “Max Weber’s charisma”. *Max Weber’s sociology of religion*. Tübingen, Mohr Siebeck, pp. 29-46.
- BECKER, Kurt. (2001), *Der Römische Cäsar mit Christi Seele: Max Weber Charisma Konzept. Eine systematisch-kritische Analyse unter Einbeziehung biographischer Fakten*. Frankfurt, Peter Lang.
- BENDIX, Reinhard. (1986), *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília, Editora UnB.
- BREUER, Stefan. (2011), “*Herrschaft*” in *der Soziologie Max Webers*. Wiesbaden, Harrassowitz.
- CAVALLI, Luciano. (1981), *Il capo carismatico: per una sociologia weberiana della leadership*. Bologna, Mulino.
- EINSENSTADT, Shmuel. (1968), *Max Weber on Charisma and Institution-Bildung*. Chicago, University of Chicago Press.
- GEBHARDT, Winfried. (1994), *Charisma als Lebensform: Zur Soziologie des alternativen Lebens*. Berlin, D. Reimer.
- GÜNTHER, Michael. (2005), *Masse und Charisma: Soziale Ursachen des politischen und religiösen Fanatismus*. Frankfurt, Peter Lang.
- HATSCHER, Christoph R. (2000), *Charisma und Res Publica: Max Weber Herrschaftssoziologie und die Römische Republik*. Stuttgart, Franz Steiner.
- HELD, David. (2006), *Models of Democracy*. 3. ed. Cambridge (MA), Polity Press.
- KALYVAS, Andreas. (2009), *Democracy and the politics of the extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt, Hannah Arendt*. Cambridge (MA), Cambridge University Press.
- KROLL, Thomas. (2001), “Max Weber Idealtypus der charismatischen Herrschaft und die zeitgenössische Charisma-Debatte”, in Edith Hanke e Wolfgang J. Mommsen (orgs.), *Max Weber Herrschaftssoziologie*, Tübingen, Mohr Siebeck, pp. 47-72.

- LEPSIUS, M. R. (1993), "Das Modell charismatischer Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den 'Führerstaat' Adolf Hitlers", in M. R. Lepsius (org.), *Demokratie in Deutschland*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 95-118.
- MOMMSEN, Wolfgang J. Mommsen. (1974), *Max Weber und die deutsche Politik 1890-1920*. 2. ed. Tübingen, Mohr Siebeck.
- RIESEBRODT, Martin. (2001), "Charisma", in Hans. G. Kippenberg e Martin Riesebrodt (orgs.), *Max Webers "Religionsystematik"*, Tübingen, Mohr Siebeck, pp. 151-166.
- SELL, Carlos Eduardo. (2011), "Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5: 139-166.
- SHILS, Edward Albert (1975), *Center and periphery: essays in macrosociology*. Chicago, University of Chicago Press.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (1998), *Religion und Lebensführung*. Frankfurt, Suhrkamp.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (2014), "O que é liderança política?". *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- TÄNZLER, Dirk. (2007), "Politisches Charisma in der entzauberten Welt", in Peter Gostmann e Peter-Ulrich Merz-Benz (orgs.), *Macht und Herrschaft: zur Revision zweier soziologischer Grundbegriffe*, Wiesbaden, Springer VS, pp. 107-138.
- TURNER, Stephen. (2007), "Charisma neu gedacht", in Peter Gostmann e Peter-Ulrich Merz-Benz (orgs.), *Macht und Herrschaft: zur Revision zweier soziologischer Grundbegriffe*, Wiesbaden, Springer VS, pp. 81-106.
- TENNBRUCK, Friedrich. (1998), "Max Weber und Eduard Meyer", in Wolfgang Mommsen e Wolfgang Schwenkter (orgs.), *Max Weber und seine Zeitgenossen*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 337-389.
- WEBER, Max. (1989), *Zur Russischen Revolution von 1905. Schriften und Reden 1905-1912*. Org. Wolfgang J. Mommsen e Dittmar Dahlmann. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG I-10).
- WEBER, Max. (1992), *Wissenschaft als Beruf 1917/1919. Politik als Beruf 1919*. Org. Wolfgang J. Mommsen, Wolfgang Schluchter e Birgitt Morgenbrod. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG I-17).
- WEBER, Max. (2001), *Wirtschaft und Gesellschaft. Religiöse Gemeinschaften*. Org. Hans G. Kippenberg, Petra Schilm e Jutta Niemeier. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG I-22-2).
- WEBER, Max. (2005), *Wirtschaft und Gesellschaft. Herrschaft*. Org. Edith Hanke e Thomas Kroll. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG I-22-4).
- WEBER, Max. (2013), *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet. 1919-1920*. Org. Knut Borchardt, Edith Hanke e Wolfgang Schluchter. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG I-23).
- WEBER, Max. (1994), *Briefe 1909-1910*. Org. M. Rainer Lepsius, Wolfgang J. Mommsen, Birgit Rudhard e Manfred Schön. Tübingen, Mohr Siebeck (MWG II-6).

**PODER INSTITUÍDO E  
POTÊNCIA SUBVERSIVA: MAX  
WEBER E A DUPLA FACE DA  
DOMINAÇÃO CARISMÁTICA**

Carlos Eduardo Sell

**Palavras-chave:** Max Weber; Dominação carismática; Carisma; Revolução; Democracia plebiscitária; Legitimidade.

O artigo demonstra que a dominação carismática possui uma natureza bidimensional e pode ser tanto fonte de legitimidade quanto uma força de subversão da ordem política. Após revisar as fontes teológicas utilizadas por Max Weber, aponta-se que, do ponto de vista sociológico, o autor diferencia carisma puro e carisma institucionalizado. Isso permite a Weber indagar em que condições relações de poder com bases pessoais e emocionais instáveis são capazes de engendrar estruturas duradouras de dominação. No centro do seu modelo, portanto, está contida uma teoria da transformação e da institucionalização do carisma. Com esses elementos, o artigo reconstrói a teoria da revolução e a teoria da democracia plebiscitária do modelo weberiano de dominação carismática: a primeira põe relevo a dimensão da legitimidade (poder instituído), enquanto a segunda contempla o aspecto da transformação da ordem política (potência subversiva).

**INSTITUTED AND SUBVERSIVE  
POWER: MAX WEBER AND THE  
DOUBLE FACE OF CHARISMATIC  
DOMINATION**

Carlos Eduardo Sell

**Keywords:** Max Weber; Charismatic domination; Charisma; Revolution; Plebiscitary democracy; Legitimacy.

The article demonstrates that charismatic domination has a two-dimensional nature and can be both a source of legitimacy and a force of subversion of the political order. After reviewing the theological sources used by Max Weber, it is shown that, from a sociological point of view, the author distinguishes between pure charism and institutionalized charism. This allows Weber to inquire into what conditions relations of power with unstable personal and emotional bases are capable of engendering enduring structures of domination. At the heart of his model, therefore, is contained a theory of the transformation and institutionalization of the charism. With these elements, we reconstruct the theory of revolution and the theory of plebiscitary democracy of the Weberian model of charismatic domination. The first aspect emphasizes the dimension of legitimacy (instituted power), while the second considers the aspect of the transformation of the political order (subversive power).

**POUVOIR INSTITUÉ ET  
PUISSANCE SUBVERSIVE:  
MAX WEBER ET LA DOUBLE  
FACE DE LA DOMINATION  
CHARISMATIQUE**

Carlos Eduardo Sell

**Mots-clés:** Max Weber; Domination charismatique; Charisme; Révolution; Démocratie plébiscitaire; Légitimité.

Cet article montre que la domination charismatique possède une nature bidimensionnelle et peut être à la fois une source de légitimation et une force de subversion de l'ordre politique. Après révision des sources théologiques de Max Weber, on s'aperçoit d'un point de vue sociologique que l'auteur différencie le charisme pur du charisme institutionnalisé. Cela lui permet d'analyser dans quelles conditions les rapports de pouvoir aux bases personnelles et émotionnelles instables sont capables d'engendrer des structures durables de domination. Au centre de son modèle se trouve néanmoins une théorie de la transformation et de l'institutionnalisation du charisme. Partant de là, l'article reconstruit la théorie de la révolution et la théorie de la démocratie plébiscitaire du modèle weberien de domination charismatique : la première met en évidence la dimension de la légitimité (pouvoir institué), tandis que la seconde considère l'aspect de la transformation de l'ordre politique (puissance subversive).